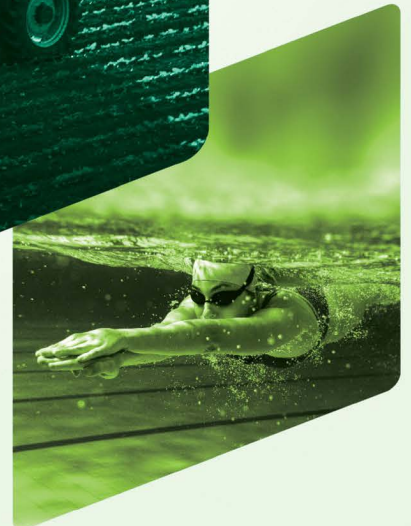
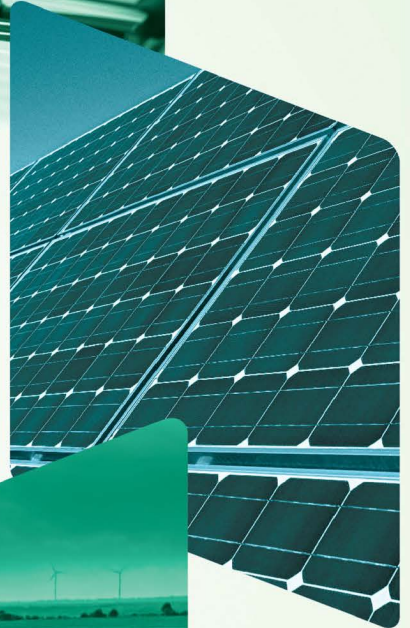


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

2º SEMESTRE DE 2023



BRDE
BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DO EXTREMO SUL



ATIVO	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.021.547	1.074.437
Ativos financeiros		19.563.899	17.449.629
Ao custo amortizado	5	17.779.464	15.612.876
Títulos e valores mobiliários		287.272	364.724
Operações de crédito	6	17.733.229	15.464.679
Outros ativos financeiros		188.425	202.895
(-) Provisão para perdas esperadas	5	(429.462)	(419.422)
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	7	1.782.680	1.833.782
Ao valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA)	7	1.755	2.971
Ativos fiscais		465.840	459.451
Correntes		69.665	78.954
Diferidos	14.2	396.175	380.497
Outros ativos	8	136.564	150.037
Ativos tangíveis	9	51.214	51.391
Ativos intangíveis	9	9.505	14.418
TOTAL DO ATIVO		21.248.569	19.199.363
PASSIVO	Nota	2023	2022
Passivos financeiros		16.063.372	14.523.160
Ao custo amortizado	10	16.058.887	14.516.666
Depósitos a prazo		78.314	11.832
Obrigações por empréstimos e repasses		15.482.370	13.884.757
Outros passivos financeiros		498.203	620.077
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)		4.485	6.494
Provisões	12	131.481	126.608
Passivos fiscais		300.478	366.702
Correntes		231.628	317.933
Diferidos	14.2	68.850	48.769
Outras obrigações	15	594.243	341.962
TOTAL DO PASSIVO		17.089.574	15.358.432
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2023	2022
Capital social	16	2.225.541	1.971.507
Reservas de lucro		1.991.971	1.993.675
Outros resultados abrangentes		(58.517)	(124.251)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.158.995	3.840.931
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.248.569	19.199.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2023	2022
Resultado com juros e similares	17	1.168.863	1.087.634
Receita com juros e similares		2.151.301	1.860.887
Despesa com juros e similares		(982.438)	(773.253)
Ganhos (perdas) esperadas sobre ativos financeiros		38.391	(11.956)
Perdas esperadas de crédito		37.572	(13.144)
Perdas esperadas de títulos e valores mobiliários		819	1.188
Resultado de tarifas e comissões	18	25.415	13.250
Receitas com tarifas e comissões		50.115	44.907
Despesas com tarifas e comissões		(24.700)	(31.657)
Resultado operacional bruto		1.232.669	1.088.928
Outras receitas / despesas		(432.784)	(347.317)
Despesas com pessoal	19	(249.081)	(224.347)
Outras despesas administrativas	20	(74.798)	(56.931)
Despesas tributárias	21	(60.584)	(56.672)
Outras receitas (despesas) operacionais	22	(29.372)	2.047
Depreciação e amortização		(9.866)	(9.619)
Despesas com provisões		(9.330)	(1.461)
Lucro na venda de ativos não financeiros		1.315	891
Ganhos (perdas) com ativos não financeiros		(1.068)	(1.225)
Lucro operacional antes da tributação		799.885	741.611
Imposto de renda e contribuição social	14.1	(268.738)	(316.519)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		531.147	425.092
Resultado líquido básico e diluído por ação (lote de 1000 ações)		0,24	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	531.147	425.092
Itens que podem ser reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.099	(1.160)
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	1.303	(2.109)
Efeito tributário	(204)	949
Itens que não podem reclassificados para o resultado		
Benefício pós-emprego	64.635	(23.267)
Obrigações com benefícios de aposentadoria	35.342	(14.825)
Efeito tributário	29.293	(8.442)
Total de outros resultados abrangentes	65.734	(24.427)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	596.881	400.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital Social	Reservas de lucro Fundo regimental	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2022	1.734.924	1.770.620	(99.824)	34.545	3.440.265
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1	(24.427)	-	(24.426)
Aumento de capital	236.583	(236.583)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	425.092	425.092
Constituição de reservas	-	459.637	-	(459.637)	-
Saldos em 31/12/2022	1.971.507	1.993.675	(124.251)	-	3.840.931
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	65.734	-	65.734
Aumento de capital	254.034	(254.034)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	(278.817)	-	-	(278.817)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	531.147	531.147
Constituição de reservas	-	531.147	-	(531.147)	-
Saldos em 31/12/2023	2.225.541	1.991.971	(58.517)	-	4.158.995

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da tributação ajustado	771.296	778.977
Lucro antes da tributação	799.885	741.611
Ajuste por:		
Depreciação e amortização	9.866	9.619
Ajuste a valor de mercado – ativos e passivos	(10.573)	(7.150)
Provisão para perdas com ativos financeiros	(38.391)	11.956
Provisão para perdas com ativos não financeiros	1.179	1.461
Outras provisões	9.330	21.480
Redução / (aumento) de ativos operacionais	(2.149.883)	(1.611.534)
Ativos financeiros ao custo amortizado	(2.205.649)	(1.296.274)
Ativos financeiros por meio do resultado	62.448	(335.076)
Demais ativos	(6.682)	19.816
Aumento / (redução) de passivos operacionais	1.253.020	1.163.533
Passivos financeiros	1.539.439	1.446.122
Provisões	(4.457)	(6.131)
Passivos fiscais correntes	(309.040)	(249.642)
Outras obrigações	27.078	(26.816)
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades operacionais	(125.567)	330.976
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação no ativo tangível	(3.427)	(3.126)
Aquisição no ativo intangível	(1.836)	(2.371)
Alienação de imobilizado de uso	488	7
(Aumento)/Redução ativos financeiros mantidos até o vencimento	77.452	(18.678)
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de investimento	72.677	(24.168)
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	(52.890)	306.808
Modificação na posição financeira		
Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do período	1.074.437	767.628
Saldo de caixa e equivalente de caixa no fim do período	1.021.547	1.074.436
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	(52.890)	306.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE") é uma instituição financeira pública de capital fechado constituída sob a forma de convênio celebrado entre seus estados controladores: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Como instituição financeira propulsora do desenvolvimento regional, o BRDE tem como finalidade promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, através do planejamento e do apoio técnico e creditício de longo prazo, tendo como principais atividades:

- I. Empréstimos e financiamentos;
- II. Prestação de garantias;
- III. Investimentos;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Convênios de qualquer natureza;
- VI. Outras modalidades compatíveis com a natureza da instituição e autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Sujeita-se, por ter personalidade jurídica de direito privado, às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere às obrigações trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais definidas no ordenamento jurídico e como instituição financeira sujeita às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BRDE tem sua sede localizada na rua Uruguai, 155, Centro, Porto Alegre – RS, e possui 1 agência operacional em cada capital dos estados controladores: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Aprovação e moeda funcional das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

Estas demonstrações financeiras, após apreciação do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 20 de março de 2024.

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado BRDE foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais (*International Accounting Standards Board – IASB*) traduzidas para o português pelo Instituto dos Auditores Independentes (IBRACON) que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2023.

2.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do BRDE e as cotas de fundos de investimento em que o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as instituições consolidadas são eliminados. As demonstrações financeiras consolidadas do BRDE incluem as seguintes instituições:

- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
- BB Polo 27 Fundo de Investimento de Renda Fixa

2.4 Adoção de novas normas ou alterações e interpretações de normas já existentes

2.4.1 Aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Embora a lista de novos padrões seja fornecida abaixo, não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis e/ou com impacto nessas demonstrações financeiras.

As seguintes alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2023:

- Alterações IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras. As entidades devem divulgar suas políticas contábeis materiais, em vez de suas políticas contábeis significativas. Inclui também orientações sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil;
- Alterações IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas Retificação de Erro. As entidades deverão distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis.; e
- Alterações IAS 12 – Tributos sobre o Lucro. Determina que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre determinadas transações (por exemplo, arrendamentos) que deem origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis no reconhecimento inicial.

2.4.2 Aplicáveis em períodos futuros

Estão previstos, para entrada em vigor em 01/01/2024, os seguintes normativos:

- Alterações IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras. As alterações melhoraram as informações divulgadas sobre dívidas de longo prazo com *covenants*, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de que determinada dívida seja liquidada antecipadamente. As alterações visam ainda endereçar preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a classificação de passivos como circulantes e não circulantes, introduzidas em 2020 e ainda não vigentes.
- Alterações IFRS 16 – Arrendamentos. As mudanças preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação; e

- Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 17 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros. As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez.

Possíveis impactos estão sendo avaliados pelo BRDE e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

Aquelas de vigência a partir de 01/01/2024 ainda estão sendo avaliadas pela administração.

2.5 Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional, em função da avaliação da Administração de que o BRDE tem capacidade de continuar operando normalmente e de que possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de o BRDE continuar operando.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1 Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério de *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.2 Caixas e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos das disponibilidades (saldo das contas correntes no Brasil e no exterior) e títulos, entre todos que compõem a carteira de fundo de investimentos, cujo vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da aquisição e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

3.3 Instrumentos financeiros

3.3.1 Ativos financeiros

O BRDE reconhece um ativo financeiro na data da negociação, ou seja, quando se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento financeiro. Inicialmente reconhecido pelo valor justo e posteriormente mensurados conforme o modelo de negócios.

a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Para a classificação dos ativos financeiros o Banco realiza a avaliação e identificação do modelo de negócio ao qual o ativo está relacionado e realiza a avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo (*SPPI test*).

O modelo de negócios é definido pelo nível que reflete a maneira pela qual grupos de ativos financeiros são gerenciados para atingir um determinado objetivo de negócio. Portanto, o modelo de negócios de uma Instituição não depende da intenção em relação a um instrumento individual, mas sim da forma como os ativos financeiros são gerenciados para atingir sua finalidade. Após essa avaliação os ativos são classificados entre:

- a) modelo de negócio para obter fluxos de caixa contratuais;
- b) modelo de negócio para obter fluxos de caixa contratuais e venda; e
- c) outros modelos de negócio.

Quando o ativo financeiro é identificado como relacionado aos modelos de negócio de obter fluxos de caixa contratuais (item a acima) ou para obter fluxos de caixa contratuais e venda (item b acima), o Banco realiza o teste de SPPI, de forma a verificar se o ativo possui características contratuais que representem um acordo de pagamento de principal e juros.

b) Mensuração dos ativos financeiros

Com base na avaliação conjunta de modelo de negócio e teste de SPPI, os ativos financeiros são classificados nas seguintes três categorias:

- Custo amortizado: São classificados nessa categoria os ativos financeiros administrados no modelo de negócio para obter os fluxos de caixa contratuais e que apresentem características contratuais que representem principal e juros. Classificam-se nessa categoria, por exemplo, a carteira de crédito e algumas aplicações financeiras em instrumentos de dívida.
- Ao valor justo por meio do resultado (VJR): São classificados nessa categoria os ativos financeiros mantidos administrados no modelo de negócio para obter os fluxos de caixa contratuais e venda, e que apresentem características contratuais que representem o principal e juros, além dos instrumentos de patrimônio designados nessa categoria quando do reconhecimento inicial.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): São classificados nessa categoria os ativos financeiros relacionados a outros modelos de negócio não relacionados as categorias anteriores; ativos financeiros designados inicialmente nessa categoria como forma de reduzir "descasamentos contábeis" e demais ativos financeiros que não apresentem características contratuais de pagamento de principal e juros.

c) Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o BRDE transfere os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para o desreconhecimento de acordo com os requerimentos do IFRS 9.

3.3.2 Passivos financeiros

O BRDE reconhece um passivo financeiro quando se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento financeiro.

a) Classificação e mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui passivos financeiros originados de operações com derivativos.
- Passivo financeiro ao custo amortizado: são passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Classificam-se nesta categoria os empréstimos e repasses tomados pelo Banco.

b) Baixa dos passivos financeiros

Os passivos financeiros deixam de ser reconhecidos quando suas obrigações são liquidadas, extintas ou canceladas.

3.3.3 Derivativos

O BRDE utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros e buscando a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os instrumentos designados para fins de hedge accounting podem ser classificados de acordo com sua natureza nas seguintes categorias:

- Hedge de risco de mercado: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de hedge, sendo que os valores dos ganhos e perdas, realizados ou não, registrados em conta de resultado;
- Hedge de fluxo de caixa: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da instituição, sendo que os valores dos ganhos e perdas, relacionados com a parcela efetiva são reconhecidos, líquidos dos efeitos tributários, em outros resultados abrangentes em conta específica do patrimônio líquido.

A parcela não efetiva do hedge é imediatamente reconhecida no resultado do exercício.

As informações detalhadas das operações envolvidas, suas estratégias, os objetivos da gestão de risco, contemplando a sua efetividade, são documentadas desde o início das operações a fim de evidenciar seus principais elementos envolvidos, quais sejam:

- Objetivo do hedge;
- Identificação documental do risco objeto de hedge e gerenciamento do risco;
- Classificação e estratégia do hedge;
- Procedimentos internos de escrituração;
- Identificação de objeto e instrumento de hedge;
- Testes e demonstração da efetividade.

3.3.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O BRDE registra provisão de perdas esperadas (PE) para suas operações de crédito e instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses).

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 25.2.

O BRDE estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na nota 25.2.1.

Baseado no processo acima, o BRDE distribui seus instrumentos financeiros em estágios, conforme descrito abaixo:

- Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o BRDE reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. O Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.
- Estágio 2: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o BRDE registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.
- Estágio 3: quando os instrumentos financeiros são considerados com problemas de recuperação. O Banco registra uma provisão para PE Vida.

a) Mensuração das perdas esperadas

A partir da aplicação inicial do IFRS, o BRDE, para mensuração da provisão para perdas esperadas baseia-se principalmente no produto dos seguintes fatores:

➤ Probabilidade de inadimplência (PD – *probability of default*): é uma estimativa de probabilidade de inadimplência ao longo de um determinado horizonte de tempo.

O BRDE avalia a probabilidade de inadimplência de seus clientes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de clientes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística com a opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, através da comparação com dados externos disponíveis. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

O BRDE possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

➤ Exposição no momento da inadimplência (EAD – *exposure at default*): trata-se de uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência, levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproximam da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

➤ Perda em caso de inadimplência (LGD – *loss given default*): é uma estimativa de perda em caso de inadimplência entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que o BRDE espera receber, incluindo os pagamentos da realização de garantias.

3.3.5 Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

Para mensuração do valor justo, o BRDE classifica os instrumentos financeiros conforme a hierarquia a seguir:

Nível 1 – preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2 – informações (inputs) diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivativos dos preços).

Nível 3 – informações (inputs) para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis do mercado.

3.4 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

O BRDE revisa periodicamente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*), e, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período

3.5 Ativo tangível

Os ativos tangíveis são demonstrados ao custo original de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

	Taxas
Imóveis	4% a.a.
Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança	10% a.a.
Sistemas de processamento de dados e Veículos	20% a.a.

3.6 Ativo intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

3.7 Impostos e contribuições

A relação dos impostos e contribuições sobre o lucro e sobre o resultado ao qual o BRDE está sujeito a calcular e recolher estão discriminados na nota explicativa 14 bem como as respectivas alíquotas vigentes na data de encerramento deste exercício.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, apurados nas alíquotas a serem praticadas a partir de 2021, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 4.842/20, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, demonstrado na nota 14.2 está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico elaborado e aprovado pela Administração.

3.8 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09 e Instrução Normativa BCB n.º 319/2022.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das mesmas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

3.9 Benefícios pós emprego

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (nota 23). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado semestralmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidas de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e dos ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

3.10 Demais ativos e passivos

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo, quando for aplicável: (i) os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e (ii) os efeitos dos ajustes para reduzir o custo de ativos ou seu valor de mercado ou de realização.

3.11 Principais estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras envolve o uso de estimativas e julgamentos sobre condições futuras que podem vir a impactar os saldos contábeis, em decorrência de incertezas e do alto nível de subjetividade envolvido. Sendo assim, os resultados futuros podem diferir das estimativas reconhecidas contabilmente.

A Administração do BRDE considera que os julgamentos são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente a posição financeira e o resultado das operações em todos os aspectos relevantes.

Os ativos e passivos e o resultado que estão sujeitos a julgamentos e estimativas incluem, notadamente:

- Cálculo de valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos;
- Perdas esperadas em instrumentos financeiros;
- Cálculo atuarial dos planos de benefícios pós-emprego;
- Mensuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos; e
- Provisões e contingências para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Disponibilidades	91.727	108.675
Cotas de fundos de investimentos	929.820	965.762
Total	1.021.547	1.074.437

5. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Composição dos ativos financeiros ao custo amortizado:

	2023	2022
Títulos e valores mobiliários	287.272	364.724
Letras financeiras de instituições privadas	-	63.457
NTN - Notas do Tesouro Nacional	287.272	301.267
Operações de crédito e repasses interfinanceiros (nota 6)	17.733.229	15.464.679
Empréstimos	2.001.533	788.838
Financiamentos	7.639.180	7.235.912
Financiamentos rurais	8.092.516	7.439.929
Outros ativos financeiros	188.425	202.895
Repasses interfinanceiros	97.000	123.821
Avais e fianças honrados	35.674	13.739
Devedores por compra bens e valores	55.751	65.335
(-) Provisão para perdas esperadas	(429.462)	(419.422)
(-) Provisão para perdas sobre títulos e valores mobiliários	(321)	(1.141)
(-) Provisão para perdas sobre operações de crédito (nota 6.5)	(429.141)	(418.281)
Total	17.779.464	15.612.876

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

6.1 Composição por estágio

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Empréstimos	1.786.563	644.697	168.185	99.020	46.785	45.121	2.001.533	788.838
Financiamentos	6.553.079	6.311.051	919.720	788.342	166.381	136.519	7.639.180	7.235.912
Financiamentos rurais	7.712.246	7.190.052	372.616	237.738	7.654	12.139	8.092.516	7.439.929
Total	16.051.888	14.145.800	1.460.521	1.125.100	220.820	193.779	17.733.229	15.464.679

6.2 Distribuição por faixa de vencimento das operações

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Operações em dia	747.852	2.022.714	4.755.974	3.681.426	6.124.976	17.332.942
Operação em atraso ⁽¹⁾	48.818	42.250	92.092	73.538	143.589	400.287
Total – 2023	796.670	2.064.964	4.848.066	3.754.964	6.268.565	17.733.229
Total – 2022	726.001	1.961.357	4.477.202	3.193.392	5.106.727	15.464.679

⁽¹⁾ A operação é considerada em atraso quando apresenta alguma parcela vencida há mais de 14 dias.

6.3 Concentração por setor de atividade

	2023	%	2022	%
Setor Privado	16.781.776	94,63%	14.676.861	94,91%
Agropecuária	4.581.441	25,83%	3.926.425	25,39%
Indústria	4.242.330	23,92%	3.679.532	23,80%
Infraestrutura	3.610.987	20,36%	3.113.431	20,13%
Comércio	2.645.262	14,92%	2.431.699	15,72%
Turismo	368.423	2,08%	334.819	2,17%
Saúde	200.222	1,13%	199.411	1,29%
Intermediação financeira	197.299	1,11%	186.667	1,21%
Alimentação	79.151	0,45%	108.431	0,70%
Educação	80.809	0,45%	85.169	0,55%
Esportes, recreação e lazer	157.623	0,89%	129.934	0,84%
Serviços	618.229	3,49%	481.343	3,11%
Setor Público	951.453	5,37%	787.818	5,09%
Total da carteira	17.733.229	100%	15.464.679	100%

6.4 Concentração por cliente

	2023	%	2022	%
Maior cliente	276.670	1,56%	230.804	1,49%
10 seguintes maiores clientes	1.830.707	10,32%	1.573.371	10,17%
20 seguintes maiores clientes	2.083.690	11,75%	1.774.370	11,47%
50 seguintes maiores clientes	2.617.627	14,76%	2.216.894	14,34%
100 seguintes maiores clientes	2.421.293	13,65%	2.126.574	13,75%
Demais clientes	8.503.242	47,96%	7.542.666	48,78%
Total da carteira	17.733.229	100%	15.464.679	100%

6.5 Perdas esperadas sobre carteira de crédito

6.5.1 Composição por estágio das perdas esperadas sobre carteira de crédito

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Empréstimos	28.357	12.381	19.358	26.313	32.670	31.795	80.385	70.489
Financiamentos	83.609	104.631	97.268	98.749	109.659	89.177	290.536	292.557
Financiamentos rurais	24.784	28.478	20.082	10.861	4.291	6.081	49.157	45.420
Repasse interfinanceiros	2.116	2.512	-	-	-	-	2.116	2.512
Outros	491	556	3.859	3.840	2.597	2.907	6.947	7.303
Total	139.357	148.558	140.567	139.763	149.217	129.960	429.141	418.281

6.5.2 Movimentação das perdas esperadas

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2022	148.558	139.763	129.960	418.281
Constituição / (reversão) líquida	6.739	(10.916)	(15.607)	(19.784)
Transferência entre estágios	(15.799)	11.926	56.240	52.367
Baixa por desreconhecimento	(141)	(206)	(21.376)	(21.723)
Saldo em 31/12/2023	139.357	140.567	149.217	429.141

6.6 Créditos renegociados e recuperados

	2023	2022
Montante renegociado no exercício	343.602	202.131
Montante recuperado:	157.696	136.021
- Por renegociação	95.484	38.671
- Por recebimento	62.212	97.350

7. ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS A VALOR JUSTO "VJR" e "VJORA"

	Nível 1		Nível 2		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	889.700	947.934	892.980	885.848	1.782.680	1.833.782
Títulos públicos (1)	889.700	947.934	-	-	889.700	947.934
Cotas em fundo de renda fixa (2)	-	-	854.246	858.572	854.246	858.572
Cotas em fundo de investimento (3)	-	-	38.734	27.276	38.734	27.276
Derivativos (4)	-	-	-	-	-	-
Ao valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA)	1.755	2.971	-	-	1.755	2.971
Ações de companhia aberta	1.755	2.971	-	-	1.755	2.971
Total de títulos e valores mobiliários	891.455	950.905	892.980	885.848	1.784.435	1.836.753

(1) Desse montante R\$ 9.275 (2022 – R\$ 8.204) está vinculado como garantia em processos judiciais.

(2) Desse montante R\$ 391.887 (2022 – R\$ 443.708) são recursos do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, sendo o BRDE o gestor do fundo.

(3) São aplicações em fundos de investimentos administrados por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço:

Fundo	Administrador	2023	2022
Fundo Garantidos de Investimento – FGI	BNDES	3.116	2.798
Fundo de Investimento em Participações CRIATEC III	Lions Trust Adm de Recursos Ltda	13.539	11.940
FIP BRL1558 – Anjo Capital Semente	BRI Trust Investimentos Ltda	9.241	6.768
TM3 Capital VC4 Fundo Invest. Partic. Multiestratégia	Lions Trust Adm de Recursos Ltda	12.777	5.770
Criatec 4 ASG – Fundo Invest Partic Capital Semente	Banco Genial S.A.	61	-
Total		38.734	27.276

(4) Para os empréstimos contraídos junto com instituições financeiras do exterior, e que não foram internalizados em moeda nacional, o BRDE contratou *swap* como medida de proteção, apresentando os seguintes saldos:

	Valor do contrato		Valor justo a receber / (a pagar)	
	2023	2022	2023	2022
Derivativos mantidos como hedge	15.153	24.434	(4.485)	(6.483)

Os valores de curva e de mercado do objeto e do instrumento de hedge são:

	2023			2022
	Valor da curva	Ajuste de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
Objeto	15.742	(589)	15.153	24.434
Instrumento	3.887	598	4.485	6.483

O BRDE realiza testes de efetividade no início da operação, teste prospectivo inicial da estrutura de hedge, avalia periodicamente a efetividade por ocasião dos encerramentos contábeis na periodicidade mensal e em virtude da elaboração das demonstrações financeiras. A metodologia adotada para os testes de efetividade se baseia no quociente entre o ajuste a valor de mercado do instrumento de hedge e o ajuste a valor de mercado do objeto de hedge, o que permite ao BRDE avaliar a variação de mercado líquida das apropriações (*accruals*) da curva. Assim, em atendimento ao exigido pelo Banco Central do Brasil, no que tange aos resultados e métodos adotados

A posição das captações externas protegidas por derivativos:

Instituição	Valor Captado ⁽¹⁾	Data inicial	Data final	Indexador
BEI	€\$ 6.707	25/02/2021	10/09/2025	EUR + 0,65% a.a.

(1) valores expressos em milhares na moeda captada

8. OUTROS ATIVOS

	2023	2022
Devedores por depósitos em garantia	69.233	64.221
Comissões a receber	8.344	14.843
Despesas pagas antecipadamente	10.664	11.803
Créditos a receber do Tesouro Nacional	2.489	18.963
Direito de uso com arrendamento (nota 11)	21.920	18.135
Outros ativos	5.586	2.783
Ativos não financeiros mantidos para venda	38.326	39.316
(-) Provisão perdas sobre ativos não financeiros	(19.998)	(20.027)
Total	136.564	150.037

9. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os ativos tangíveis dizem respeito o imobilizado para uso próprio.

Os ativos intangíveis são compostos por softwares adquiridos ou desenvolvidos pelo BRDE.

	Ativo tangível					Intangível
	Imóveis	Móveis e Equipamentos	Veículos	Outros	Total	Softwares
Saldo em 31/12/2022	43.260	6.730	839	562	51.391	14.418
Aquisições	437	3.918	-	423	4.778	1.884
Baixas	(113)	(1.532)	(270)	(22)	(1.937)	(711)
Depreciação/Amortização	(1.301)	(1.617)	(75)	(25)	(3.018)	(6.086)
Saldo em 31/12/ 2023	42.283	7.499	494	938	51.214	9.505
Custo aquisição acumulado	64.763	26.940	1.492	971	94.166	51.359
Depreciação/Amort. acumulada	(22.480)	(19.441)	(998)	(33)	(42.952)	(41.854)

10. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	2023	2022
Depósitos a prazo	78.314	11.832
Obrigações por empréstimos e repasses	15.482.370	13.884.757
Empréstimos e repasses do exterior – instituições financeiras	1.913.949	1.368.054
Repasses do país – instituições oficiais – BNDES	9.402.955	9.346.744
Repasses do país – instituições oficiais - FINAME	1.936.060	1.600.915
Repasses do país – instituições oficiais – FINEP	699.260	333.895
Repasses do país – instituições oficiais – BB	292.046	277.857
Repasses do país – instituições oficiais – CEF	595.376	451.718
Repasses do país – instituições oficiais – FUNGETUR	584.922	493.957
Repasses do país – instituições oficiais – Outras	57.802	11.617
Outros passivos financeiros	498.203	620.077
Fundo Setorial do Audiovisual – FSA (1)	391.112	443.630
Valores de mutuários a regularizar (2)	3.657	15.003
Recursos do FUNGETUR (3)	103.434	139.334
Recursos do FUNCAFÉ (3)	-	22.110
Total	16.058.887	14.516.666

(1) São recursos destinados a cadeia produtiva da atividade audiovisual do Brasil.

(2) Valores recebidos de clientes em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

(3) Corresponde a recursos disponibilizados pelos Ministérios competentes, destinados a operações de financiamento relacionados com a atividade fim.

11. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

O BRDE é arrendatário, predominantemente, de imóveis de uso em algumas de suas operações, que incluem opções de renovação e eventuais cláusulas de reajuste. Durante o período findo em 31/12/2023, a saída de caixa com arrendamentos foi de R\$ 2.968 (2022 – R\$ 2.411).

O BRDE considera, no âmbito do IFRS 16, para a mensuração do passivo de arrendamento o total de pagamentos futuros de aluguéis, ajustados a valor presente, sendo que o montante reconhecido no Balanço Patrimonial o seguinte:

	2023	2022
Até 1 ano	2.806	2.279
De 1 a 5 anos	15.638	12.949
Mais de 5 anos	3.476	2.907
Total	21.920	18.135

Valores de arrendamento reconhecidos na demonstração do resultado:

	2023	2022
Despesas de depreciação	2.806	2.279
Despesas de juros	163	132
Total	2.969	2.411

12. PROVISÕES

	2023	2022
Provisão para fiscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 13)	100.426	92.185
Provisão para avais e fianças bancárias (1)	1.395	5.710
Provisão com despesas de pessoal	29.660	28.713
Total	131.481	126.608

(1) Calculada através do modelo de mensuração de provisão (*impairment*) baseado nos conceitos de “perda incorrida” sobre a carteira de garantias financeiras prestadas na modalidade carta de fiança no montante de R\$ 194.619 (2022 – R\$ 159.208) que estão assegurados por garantias reais (hipotecas, alienação fiduciária de imóveis, entre outros).

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

	31/12/2022	Constituição	Atualização	Reversão	Pagamento	31/12/2023
Trabalhistas	32.925	3.683	2.391	(4.589)	(4.135)	30.275
Cíveis	59.260	7.615	4.853	(308)	(1.269)	70.151
Total	92.185	11.298	7.244	(4.897)	(5.404)	100.426

De acordo com a nota 3.8 o montante de provisão trabalhista refere-se a ações classificadas como perda provável. Adicionalmente, existem ações consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 117.790 (2022 - R\$ 113.080), que correspondem em grande parte a lides coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE.

As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- a. R\$ 56.629 referem-se a honorários de sucumbência;
- b. R\$ 5.139 referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização; e
- c. R\$ 8.383 referem-se a embargos interpostos por mutuário contra execução de inadimplência.

Do total da provisão dos processos cíveis, está depositado judicialmente o montante de R\$ 62.213.

Adicionalmente há outras ações cíveis classificadas como perda possível que montam R\$ 6.434.

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor, em 31/12/2023, é de R\$ 29.528 (2022 – R\$ 27.407).

14. IMPOSTOS

Os tributos são calculados pelas alíquotas a seguir informadas considerando, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente para cada encargo.

Tributo	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda	10,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 01/2022 a 07/2022 ⁽¹⁾ e a partir 01/2023	20,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 08/2022 a 12/2022 ⁽²⁾	21,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) de acordo com a Emenda Constitucional n.º 103, de 12/11/2019

(2) de acordo com a Lei 14.446/2022

14.1 Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Impostos correntes sobre a renda reconhecidos no resultado	231.660	316.317
Imposto de renda	125.867	171.210
Contribuição social sobre o lucro líquido	105.793	145.107
Impostos diferidos reconhecidos no resultado	37.078	202
Imposto de renda	20.735	738
Contribuição social sobre o lucro líquido	16.343	(536)
Total de imposto de renda e contribuição social	268.738	316.519

14.2 Impostos diferidos

O Banco possui créditos e obrigações tributárias de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes diferenças temporárias, que são realizadas quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas:

CRÉDITOS	31/12/2022	Constituição	Realização	31/12/2023
<i>Impairment</i> de empréstimos e recebíveis	190.119	139.635	(141.169)	188.585
<i>Impairment</i> de avais e fianças bancárias	2.569	791	(2.733)	627
<i>Impairment</i> de títulos e valores mobiliários	1.393	339	(135)	1.597
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	765	517	-	1.282
Passivos contingentes	41.483	6.771	(3.062)	45.192
Provisão para assistência médica	104.651	11.793	(16.167)	100.277
Créditos baixados para prejuízo	37.657	18.703	(8.215)	48.145
Outros	1.860	13.051	(4.441)	10.470
Total – ativo diferido	380.497	191.600	(175.922)	396.175
OBRIGAÇÕES				
	31/12/2022	Constituição	Realização	31/12/2023
Recuperação judicial deferimento	1.314	2.317	(626)	3.005
Renegociações tributadas por caixa	28.014	24.262	(7.957)	44.319
Atualização depósitos judiciais	19.441	2.085	-	21.526
Total – passivo diferido	48.769	28.664	(8.583)	68.850

A expectativa de realização dos créditos e obrigações diferidas em 31 de dezembro é:

Tempo de realização	Créditos		Obrigações	
	2023	2022	2023	2022
1º ano	98.198	58.964	6.307	5.433
2º ano	56.239	72.446	28.968	23.094
3º ano	40.391	27.962	5.262	2.829
4º ano	36.643	24.265	5.292	3.079
5º ano	22.764	18.519	8.341	2.576
6º ao 10º ano	60.152	56.260	2.955	7.601
Acima do 10º ano	81.788	122.081	11.725	4.157
Total – ativo diferido	396.175	380.497	68.850	48.769

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2023	2022
Participação nos lucros e resultados a pagar	11.993	11.519
Juros sobre o capital próprio	278.817	-
Honras de fundos garantidores	21.336	19.278
Fornecedores de bens e serviços	4.586	13.021
Impostos e contribuições de terceiros a recolher	10.861	11.052
PIS / COFINS / ISS a recolher	5.407	5.177
Benefícios pós emprego (nota 23)	234.705	258.803
Obrigações de arrendamento (nota 11)	21.920	18.135
Outras	4.618	4.977
Total	594.243	341.962

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, é composto de 2.225.541.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada ação e está dividido em parcelas iguais entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada estado participante, que são apurados e controlados separadamente. Nesse exercício houve aumento de capital nos valores de R\$ 105.381 e R\$ 131.202, oriundos da capitalização do resultado do 2º semestre de 2022 e 1º semestre de 2023, respectivamente.

b. Reservas de lucro

Formado pelo montante acumulado de resultados líquidos não distribuídos ou capitalizados.

Conforme previsto pela Lei Federal nº 9.249/95, o BRDE apurou Juros sobre o Capital Próprio no exercício de 2023 no montante de R\$ 278.817.

17. RESULTADO COM JUROS E SIMILARES

	2023	2022
Receita com juros e similares	2.151.301	1.860.887
Receita com operações de crédito	1.740.583	1.433.220
Empréstimos	100.886	111.696
Financiamentos	988.189	762.105
Financiamentos rurais	632.658	537.265
Repasses interfinanceiros	18.850	22.154
Receita com outros ativos financeiros	410.718	427.667
Títulos e valores mobiliários e inst. financeiros derivativos	339.075	320.270
Recebimento de créditos classificados como prejuízo	62.212	97.350
Outros ativos	9.431	10.047
Despesa com juros e similares	(982.438)	(773.253)
Despesa com empréstimos e repasses	(952.532)	(748.069)
Empréstimos e repasses do exterior	(87.357)	(551)
BNDES	(566.724)	(542.215)
FINAME	(168.667)	(98.169)
CEF	(47.737)	(33.571)
Outros repassadores	(82.047)	(73.563)
Despesa com outros passivos financeiros	(29.906)	(25.184)
Emissão de RDB's	(4.046)	(3.862)
Títulos e valores mobiliários e inst. financeiros derivativos	(25.860)	(21.322)
RESULTADO COM JUROS E SIMILARES	1.168.863	1.087.634

18. RESULTADO COM TARIFAS E COMISSÕES

	2023	2022
Receita com tarifas e comissões	50.115	44.907
Comissão administração do FSA	6.883	7.695
Comissão sobre aval ou fiança prestado	3.994	4.659
Tarifa de análise	17.382	13.708
Tarifa de fiscalização e acompanhamento	13.565	11.649
Outras tarifas e serviços	8.291	7.196
Despesa com tarifas e comissões	(24.700)	(31.657)
Tarifas bancárias	(2.206)	(2.274)
Taxa administração fundo BB	(1.890)	(1.945)
Comissão saldo FUNGETUR	(14.763)	(21.597)
Comissão sobre empréstimos e repasses do exterior	(4.197)	(4.068)
Outras comissões	(1.644)	(1.773)
RESULTADO COM TARIFAS E COMISSÕES	25.415	13.250

19. DESPESAS COM PESSOAL

	2023	2022
Honorários diretores e conselheiros	6.804	6.573
Benefícios	37.490	31.403
Encargos sociais	65.663	59.215
Proventos	135.407	124.134
Treinamento e seleção	555	451
Estagiários	3.162	2.571
Total	249.081	224.347

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Aluguel, condomínio, água e luz	3.617	3.601
Comunicações	1.602	1.446
Manutenção e conservação de bens	4.237	4.555
Processamento de dados	19.831	11.430
Promoções e relações públicas	4.810	2.965
Publicidade e propaganda	4.623	3.802
Serviços de terceiros	3.596	2.581
Serviços técnicos especializados	6.645	4.787
Vigilância e segurança	1.239	1.131
Transportes e viagem	6.942	4.113
Emolumentos judiciais e cartorários	1.526	1.475
Despesas estatutárias	5.549	4.712
Incentivos fiscais	6.060	6.580
Outras despesas administrativas	4.521	3.753
Total	74.798	56.931

21. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2023	2022
PIS	7.541	7.209
COFINS	46.403	44.361
ISS	2.427	2.089
Outros tributos	4.213	3.013
Total	60.584	56.672

22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2023	2022
Outras receitas operacionais	8.680	32.277
Venda carteira baixada em prejuízo ⁽¹⁾	-	23.857
Atualização de depósitos judiciais	5.045	4.581
Outras receitas operacionais	3.635	3.839
Outras despesas operacionais	(38.052)	(30.230)
Fiança honrada de cliente em prejuízo	-	(5.042)
Juros e serviços sobre obrigações atuariais	(25.451)	(22.671)
Baixa de ativo a receber ⁽²⁾	(10.242)	
Outras despesas operacionais	(2.359)	(2.517)
Total outras receitas (despesas) operacionais	(29.372)	2.047

(1) Trata-se de cessão de créditos vencidos e integralmente baixados para prejuízo, sem coobrigação, oriundos de suas operações de créditos para compradores não caracterizados como partes relacionadas.

(2) relativo a valores recebidos a título de equalização de juros de operações de crédito.

23. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O Banco oferece planos de benefícios de previdência e programa de assistência à saúde que são classificados como planos de benefícios pós-emprego, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020.

A contabilização dos passivos/ativos pós-emprego e respectivas despesas/receitas relativas aos planos de benefícios pós-emprego é realizada de acordo com o citado Pronunciamento Técnico e com laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2023.

23.1 Característica dos planos de benefícios

23.1.1 – Planos de benefícios de previdência

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de oferecer aos empregados de seus patrocinadores, o BRDE e a própria Fundação, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O Banco tem participação na governança do ISBRE por meio de indicação de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação.

O ISBRE opera dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 108/2001 e na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN

para aplicação dos recursos garantidores dos planos. O ISBRE realiza a gestão de dois planos de benefícios de previdência, ambos patrocinados pelo BRDE:

➤ Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, em que o nível dos benefícios concedidos pelo Plano é determinado previamente e em função do salário do participante na fase de atividade, encontra-se fechado para novas adesões. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de inatividade, sendo que, os participantes ainda em atividade já preencheram, em sua maioria, os requisitos necessários para elegibilidade ao início de aposentadoria pelo Plano.

O PB I expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. O PB I se encontra em situação superavitária, apurada conforme regras locais emitidas pelo CNPC e pela PREVIC, sendo os recursos superavitários alocados integralmente em Reserva de Contingência, para garantia dos benefícios. Portanto, conclui-se que não há, no momento, benefícios econômicos disponíveis para o Banco, conforme definição do CPC 33 (R1), resultando na adoção de um Teto do Ativo de R\$ 0 (zero reais).

Em 31/12/2023, o Banco figura como patrocinador de 48 participantes ativos (31/12/2022 - 53), 382 aposentados (31/12/2022 - 385) e 104 pensionistas (31/12/2022 - 98).

➤ Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes em saldos de conta individuais. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de atividade.

O PB II expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros, ainda que em menor grau do que o PB I, em decorrência da sua estrutura na modalidade de Contribuição Variável, em que durante o período de atividade as contribuições são alocadas em contas individuais e há apenas riscos decorrentes da probabilidade de falecimento ou invalidez dos participantes.

Em 31/12/2023, o Banco figura como patrocinador de 367 participantes ativos (31/12/2022 - 351), 6 aposentados (31/12/2022 - 6) e 16 pensionistas (31/12/2022 - 17).

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE encontra-se limitado a realizar contribuições ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No PB I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No PB II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

Como parte da gestão dos planos de benefícios de previdência, o ISBRE implementa estratégias de confrontação de ativos/passivos por meio da realização anual de estudos de *Asset and Liability Management* – ALM, bem como procede estudos de aderência periódicos das tábuas atuariais utilizadas nas projeções de fluxos de caixa com pagamento futuro de benefícios.

23.1.2 – Programa de assistência à saúde - PAS

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, assim como a seus respectivos dependentes, a exemplo dos funcionários ativos, Programa de Assistência à Saúde (PAS) com ressarcimento parcial de despesas médicas. O PAS é operacionalizado por meio de seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar, com abrangência nacional. São também beneficiários do PAS os ex-funcionários que recebem complementação de aposentadoria pelo PB I do ISBRE, e seus respectivos dependentes, bem como os dependentes de funcionários falecidos, tendo por reflexo a necessidade de reconhecimento de passivo pós-emprego pelo BRDE, registrado na rubrica “Outras Obrigações”.

O PAS é estruturado na modalidade de pós-pagamento, oferecendo cobertura vitalícia de assistência à saúde para os segurados, que também sejam assistidos do ISBRE, e seus dependentes. Portanto, o Programa expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência da cobertura vitalícia, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Em 31/12/2023, o total de beneficiários com cobertura de pós-emprego é de 828 (31/12/2022 - 839).

23.2 Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

23.2.1 – Passivo (ativo) de benefício definido

	31/12/2023			31/12/2022		
	PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Valor presente das obrigações atuariais	904.980	31.349	234.705	863.959	27.519	258.695
Valor justo dos ativos do plano	(1.153.492)	(31.724)	-	(1.096.242)	(27.412)	-
Déficit (superávit) apurado	(248.512)	(375)	234.705	(232.283)	107	258.695
Efeito no teto do ativo	248.512	375	-	232.283	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido	-	-	234.705	-	107	258.695

23.2.2 – Conciliação do valor presente das obrigações atuariais

	31/12/2023			31/12/2022		
	PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Obrigações atuariais no início do período	863.959	27.519	258.695	891.868	24.328	236.420
Custo do serviço corrente líquido	37	1.067	399	53	946	383
Contribuições de participantes realizadas no período	898	-	-	866	-	-
Despesa de juros	91.188	3.128	29.089	93.275	2.806	25.393
Benefícios pagos no período	(79.161)	(1.165)	(17.358)	(74.023)	(1.451)	(18.179)
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas demográficas	-	-	-	9.191	(740)	6.393
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas financeiras	52.340	3.143	27.038	(60.596)	(2.579)	(334)
(Ganhos)/perdas – ajustes pela experiência ⁽¹⁾	(24.281)	(2.343)	(63.158)	3.325	4.209	8.619
Obrigações atuariais no fim do período	904.980	31.349	234.705	863.959	27.519	258.695

(1) os valores aqui classificados referem-se, principalmente, ao aprimoramento na técnica de mensuração dos custos médicos históricos.

23.2.3 – Conciliação do valor justo dos ativos

	31/12/2023		31/12/2022	
	PB I	PB II	PB I	PB II
Valor justo dos ativos no início do período	(1.096.242)	(27.412)	(1.062.637)	(23.448)
Benefícios pagos no período	79.161	1.165	74.023	1.451
Contribuições de participante realizadas no período	(898)	-	(866)	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(9.787)	(2.150)	(9.322)	(2.123)
Receita de juros	(115.955)	(3.132)	(114.729)	(2.819)
Retorno sobre ativos abaixo (acima) da receita de juros	(9.771)	(195)	17.289	(473)
Valor justo dos ativos no fim do período	(1.153.492)	(31.724)	(1.096.242)	(27.412)

23.2.4 – Conciliação do efeito do teto de ativo (*asset ceiling*)

	PB I		PB II	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Efeito do teto de ativo no início do período	232.283	170.769	-	-
Despesa de juros	24.302	21.004	-	-
Mudanças no efeito do teto do ativo	(8.073)	40.510	375	-
Efeito no teto de ativo no fim do período	248.512	232.283	375	-

23.3 Reconhecimento dos custos de benefício definido

Conforme item 120 do CPC 33(R1), o BRDE deve reconhecer o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) atuarial no resultado e as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) em outros resultados abrangentes.

A tabela a seguir apresenta o reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido em resultado e em outros resultados abrangentes, bem como a reconciliação do passivo (ativo) atuarial líquido.

	31/12/2023			31/12/2022		
	PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do período	-	107	258.695	-	880	236.420
Custo do serviço corrente líquido	37	1.067	399	53	946	383
Despesa de juros – valor presente das obrigações atuariais	91.188	3.128	29.089	93.275	2.806	25.393
Despesa de juros – efeito do teto de ativo	24.302	-	-	21.004	-	-
Receita de juros – valor justo dos ativos	(115.955)	(3.132)	-	(114.729)	(2.819)	-
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(428)	1.063	29.488	(397)	933	25.776
(Ganhos)/perdas no valor presente das obrigações atuariais	28.059	800	(36.120)	(48.080)	890	14.678
Mudanças no efeito do teto do ativo	(8.073)	375	-	40.510	-	-
Retorno sobre os ativos abaixo (acima) da receita de juros	(9.771)	(195)	-	17.289	(473)	-
Remensurações em outros resultados abrangentes	10.215	980	(36.120)	9.719	417	14.678
Contribuições do banco no período	(9.787)	(2.150)	(17.358)	(9.322)	(2.123)	(18.179)
Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do período	-	-	234.705	-	107	258.695

23.4 Composição do valor justo dos ativos

Os planos PB I e PB II mantêm ativos que são utilizados para cobertura total ou parcial das obrigações atuariais. O quadro abaixo apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos em classes conforme a natureza e risco desses ativos.

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalente	0,00%	0,00%	0,01%	0,03%
Renda fixa	81,74%	80,70%	73,53%	71,72%
Renda variável	4,29%	3,97%	7,78%	8,37%
Imobiliário	0,64%	0,66%	0,12%	0,14%
Estruturado	9,27%	8,78%	13,42%	14,14%
Carteira de empréstimos	0,43%	0,41%	1,71%	1,70%
Outros	3,63%	5,48%	3,44%	3,90%

23.5 Premissas atuariais

A apuração da obrigação do Banco com os planos de benefícios pós-emprego requer a adoção de estimativas e premissas atuariais e financeiras de longo prazo, bem como a aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Portanto, a utilização de estimativas e premissas pode resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, ocasionando impactos, negativos ou positivos, às operações do Banco.

As taxas de desconto, em termos reais, foram apuradas considerando a interpolação das taxas de referência do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, conforme a *duration* de cada plano de benefícios pós-emprego: 8,34 anos para o PB I, 14,65 anos para o PB II e 11,87 anos para o PAS.

O quadro a seguir apresenta as premissas atuariais utilizadas para determinar o valor presente da obrigação atuarial.

	PB I		PB II		PAS	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto atuarial (real)	5,34%	6,09%	5,47%	6,19%	5,44%	6,21%
Retorno real esperado sobre os ativos	5,34%	6,09%	5,47%	6,19%	5,44%	6,21%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	3,70%	3,70%	*	3,70%	N/A	N/A
HCCTR ("inflação médica")	N/A	N/A	N/A	N/A	4,10%	4,10%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,20%	98,20%	100%	98,20%	100%	98,20%
Fator de capacidade sobre os salários	98,20%	98,20%	100%	98,20%	100%	98,20%
Inflação esperada	3,90%	5,31%	3,90%	5,31%	3,90%	5,31%
Taxa de desconto nominal	9,45%	11,72%	9,58%	11,83%	9,55%	11,85%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	9,45%	11,72%	9,58%	11,83%	9,55%	11,85%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	7,74%	9,21%	*	9,21%	N/A	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	3,90%	5,31%	3,90%	5,31%	3,90%	5,31%
Mortalidade geral	AT 2012 segregada por sexo		AT 2012 segregada por sexo		AT 2012 segregada por sexo	
Mortalidade dos inválidos			MI 85, segregada por sexo			
Entrada de invalidez			Álvaro Vindas			
Taxa anual de rotatividade			Nula			
Entrada na aposentadoria	100% na elegibilidade		100% na elegibilidade ao benefício programado		60 anos	
Composição familiar			Família média. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro		Família efetiva (conforme informações cadastrais) Até 24 anos: 1,5% De 25 a 54 anos: 2,5% De 55 a 79 anos: 4,5% 80 anos ou mais: 2,5%	
<i>Aging fator</i>	N/A	N/A	N/A	N/A		
<i>Take up</i>	N/A	N/A	N/A	N/A	100%	100%

* conforme progressão salarial projetada individualmente, considerando o plano de caros e salários do BRDE

23.5.1 – Análise de sensibilidade das premissas atuariais

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	(34.452)	(2.469)	(12.662)	(3,81%)	(7,88%)	(5,39%)
	redução de 0,5 p.p	36.980	2.930	13.859	4,09%	9,35%	5,90%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	24.138	(217)	12.175	2,67%	(0,69%)	5,19%
	redução de 1 ano	(24.498)	264	(11.849)	(2,71%)	0,84%	(5,05%)
HCCTR	aumento de 0,5 p.p	-	-	14.174	-	-	6,04%
	redução de 0,5 p.p	-	-	(13.055)	-	-	(5,56%)

23.6 Fluxos de caixa futuros

23.6.1 – Fluxo de caixa ocorrido no período e esperado para o próximo período

	PB I		PB II		PAS	
	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado
	12-2023	12-2024	12-2023	12-2024	12-2023	12-2024
Contribuições do empregado	9.787	9.078	2.150	2.024	18.179	13.673
Contribuições do participante	898	28	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	79.161	82.393	1.165	1.396	17.358	13.673

23.6.2 – Perfil de vencimento da obrigação atuarial

Os montantes apresentados na tabela abaixo, em R\$ milhões, representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações.

	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	PAS
Próximos 5 anos	409	8	63
6 a 10 anos	363	11	56
Após 10 anos	731	100	114

24. PARTES RELACIONADAS

a) Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em outras despesas administrativas.

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em despesas com pessoal.

A seguir apresentamos as receitas e despesas incorridas com o ISBRE:

	2023	2022 reapresentação
Locação de salas	(863)	(805)
Ressarcimento de salários	1.230	1.250
Contribuição patronal	(18.400)	(16.652)
Total	(18.033)	(16.207)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam nos semestres findos os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	2023	2022
Benefícios de curto prazo	8.645	8.230
Diretoria	7.895	7.481
Conselho de Administração	340	494
Conselho Fiscal	205	89
Comitê de Auditoria	205	166
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	927	25
Total	9.572	8.255

c) Agência de Fomento do Paraná S/A – FOMENTO PR

No 1º semestre de 2021, o BRDE concedeu empréstimo, em condições similares aos demais clientes do BRDE, a Agência de Fomento do Paraná (FOMENTO PR), cujo controlador é o Estado do Paraná, um dos sócios do BRDE, sendo que o saldo em 31/12/2023 é de R\$ 4.491 (2022 – R\$ 7.069).

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS

25.1 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

25.2 Risco de crédito

A estrutura de avaliação de risco do BRDE está alicerçada no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde as agências até a esfera diretiva e seu Comitê de risco e de Crédito na Direção Geral.

A análise individualizada do cliente e do seu negócio de atuação realizada periodicamente, aliada às perspectivas comerciais e econômicas, bem como a parametrização sistêmica das regras para concessão de crédito, fortalece a sistemática de avaliação de risco do crédito do BRDE.

O BRDE administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas – particularmente em relação aos clientes e grupos individuais e quanto ao ramo de atividade. A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupo de devedores e a segmentos da economia. Esses riscos são monitorados e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores de empréstimos/financiamentos, efetivos e potenciais, considerando o efetivo pagamento das parcelas dos contratos.

Como forma de proteger o crédito concedido, o BRDE tem como principal estratégia a vinculação de garantias reais aos contratos de crédito sendo, preferencialmente, compostas por alienação fiduciária de imóveis cujo valor de avaliação de mercado seja, no mínimo, 110% do valor total do crédito concedido.

A natureza e valor da garantia real são considerados na classificação de risco da operação de crédito, com consequente impacto na estimativa de probabilidade de inadimplência. O BRDE não deixa de reconhecer provisão sobre suas operações em decorrência da existência de garantias.

25.2.1 Política de *impairment*

O BRDE avalia em cada data-base de suas demonstrações financeiras consolidadas a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros esteja deteriorado com base no sistema interno de classificação de risco. A política operacional exige a revisão da classificação de risco dos ativos financeiros individuais considerados relevantes (ativo com saldo superior a R\$ 50 mil) no mínimo uma vez por exercício.

As probabilidades e expectativas de perdas foram estimadas agrupando as operações de créditos em 6 grupos homogêneos:

- ✓ Indústrias, extrativa e de transformação;
- ✓ Comércio e serviços;
- ✓ Setor primário;
- ✓ Energia e municípios;
- ✓ Cooperativas agroindustriais; e
- ✓ Operações indiretas.

Para cálculo da LGD foi considerado o agrupamento acima e para cálculo da PD e EAD, além do mesmo agrupamento, foi considerado o rating de risco de crédito no momento de avaliação para os definidos cálculos.

Adicionalmente são utilizadas informações macroeconômicas e projeções sobre condições financeiras futuras a fim de calcular o ajuste *forward-looking* na PD dos grupos homogêneos definidos.

Os parâmetros para cálculo da PE Vida foram estimados até 60 meses e extrapolados a partir de então até 120 meses

Com base nesses critérios e nas informações constantes na nota 3.3.4 apresentamos quadro resumo da carteira e do *impairment* agrupados nos segmentos acima mencionados:

Segmento	2023		2022		
	Saldo carteira	Impairment	Saldo carteira	Impairment	
Estágio 1	Ind. Extrativa e de Transformação	2.081.951	36.417	1.847.929	57.183
	Comércio e serviços	2.880.446	68.172	2.589.540	61.588
	Setor primário	1.218.609	8.835	1.208.241	10.854
	Energia e municípios	2.857.540	11.054	2.135.903	3.460
	Cooperativas agroindustriais	4.470.990	8.736	4.021.853	8.376
	Operações indiretas	2.685.851	6.143	2.522.115	7.097
	Total estágio 1	16.195.387	139.357	14.325.581	148.558
Estágio 2	Ind. Extrativa e de Transformação	445.515	35.632	277.255	37.599
	Comércio e serviços	568.991	81.708	427.632	88.258
	Setor primário	226.868	11.889	173.885	9.668
	Energia e municípios	74.491	727	172.373	2.716
	Cooperativas agroindustriais	133.605	9.846	26.967	497
	Operações indiretas	52.556	765	66.209	1.025
	Total estágio 2	1.502.026	140.567	1.144.321	139.763
Estágio 3	Ind. Extrativa e de Transformação	99.714	60.374	72.224	44.206
	Comércio e serviços	84.849	69.392	76.425	62.092
	Setor primário	32.873	15.463	38.999	18.111
	Energia e municípios	3.410	1.265	2.597	964
	Cooperativas agroindustriais	-	-	2.164	1.376
	Operações indiretas	3.395	2.723	5.263	3.211
	Total estágio 3	224.241	149.217	197.672	129.960
Total	17.921.654	429.141	15.667.574	418.281	

25.3 Risco de mercado

O Banco monitora o risco de mercado através da utilização da metodologia do Valor em Risco (VaR), que busca simular e determinar os níveis máximos de perda esperada, em um determinado período de tempo, com um certo grau de confiabilidade, tanto em condições normais de mercado quanto em cenários de estresse e volatilidade.

O gestor do Fundo utiliza o VaR para estimar as perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Para os títulos e valores

mobiliários, o nível de confiança para o cálculo do VaR não paramétrico é de 95%, estimada a partir da série de choques dos últimos 150 d.u..

Para a data-base de 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido do Fundo era de R\$ 2.107 (R\$ 2.278 em 31 de dezembro de 2022), e o VaR foi de -0,0303% (-0,0409% em 2022).

Relatórios de acompanhamento de mercado, bem como outros procedimentos operacionais, permitem o acompanhamento, a prevenção e a correção de possíveis desequilíbrios, garantindo a solidez do Banco, mitigado por possuir parcela significativa de sua carteira de empréstimos e recebíveis com prazos e taxas atrelados a captações por repasses.

25.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez relaciona-se à incapacidade de atendimento das necessidades de caixa, ou seja, à ocorrência de descasamentos nos fluxos financeiros entre operações ativas e passivas e os reflexos decorrentes sobre a capacidade de obtenção de recursos financeiros pela instituição para o exercício de suas obrigações.

O Banco mantém os seus compromissos de operações de crédito, tanto no ativo como no passivo, no mesmo prazo de pagamento e recebimento, o que evita descasamentos e permite o controle do risco de liquidez e do risco de mercado de forma conjunta, observando as projeções para o fluxo de caixa, bem como possíveis alterações em sua estrutura, aquelas resultantes de variações no cenário macroeconômico, que possam afetar a alocação e a captação no âmbito do mercado.

O BRDE mantém em sua carteira de títulos e valores mobiliários posições substanciais em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais como forma de reduzir o risco de liquidez. Estes ativos apresentam grande volume de negociação no mercado.

26. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital está definido nos normativos internos como o processo contínuo de: (a) Monitoramento e controle do capital mantido pelo BRDE; (b) Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e (c) Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do BRDE.

O patrimônio de referência corresponde à medida de capital regulamentar utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais do Banco. Pelas normas vigentes, considerando os GAAPs locais, os limites de capital no exercício findo apresentaram os seguintes valores:

	2023	2022
Patrimônio de Referência	4.091.817	3.823.886
Total de ativos ponderados por risco (RWA)	19.274.061	18.957.393
Risco de Crédito - RWACPAD	17.679.403	17.654.898
Risco de Mercado - RWAMPAD	129.625	81.783
Risco Operacional - RWAOPAD	1.465.033	1.220.712
Índice de Basileia	21,23	20,17

DIRETORIA

Diretor-Presidente
JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Diretor Vice-Presidente e Diretor de Operações
RANOLFO VIEIRA JÚNIOR

Diretor de Planejamento
LEONARDO MARANHÃO BUSATTO

Diretor de Acompanhamento e Recuperação
de Créditos
MAURO MARIANI

Diretor Financeiro
WILSON BLEY LIPSKI

Diretor Administrativo
JOÃO BIRAL JUNIOR

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Conselheiros
WAGNER CARLOS AICHNER
LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA
IVAN CESAR RANZOLIN
LEANDRO RIBEIRO MACIEL
FRANCISCO SÉRGIO TURRA
LUÍS CARLOS PRANDINI

FABIANO MEASSI
Contador Geral – CRCRS – 70.237/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos
Controladores e aos Diretores do
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de créditos (*impairment*)

Conforme apresentado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro, de 2023, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito totaliza R\$ 429.462 mil, constituída sobre diversos portfólios de crédito os quais são revisados pela diretoria, periodicamente, no que tange a estimativa de perdas esperadas dessas operações (*impairment*), em conformidade com o pronunciamento “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros” (IFRS 9). A estimativa envolve julgamento da diretoria na determinação da provisão mediante a aplicação de metodologia que identifique as perdas esperadas nas operações em curso, categorizadas em diferentes estágios, utilizando-se de premissas e julgamentos os quais incluem, entre outros, as análises sobre o ambiente econômico dos mercados onde os tomadores de crédito estejam inseridos, o histórico de pagamentos dos tomadores de crédito em operações similares contratadas, incluindo renegociações e avaliações de garantias aceitas nas operações.

Dada a relevância dos saldos de operações sujeitas ao risco de crédito, assim como grau de subjetividade e julgamento empregados pela diretoria para a determinação da perda esperada associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito, bem como os requerimentos de divulgação relacionados, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Avaliamos o desenho e o funcionamento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de aprovação, registro e liberação das operações sujeitas ao risco de crédito, bem como aqueles relacionados à mensuração da provisão para perda esperada que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela diretoria, em consonância com as políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos pelo Banco para atendimento aos requisitos do IFRS 9. Com o apoio de nossos especialistas para fins de validação dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito, procedemos a avaliação da aplicação das metodologias estabelecidas, premissas e demais informações determinadas pela diretoria e da categorização nos respectivos estágios de risco, além do recálculo das estimativas de perda esperada, incluindo as análises preparadas pela diretoria do Banco sobre os eventuais impactos gerados pelo atual cenário social.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para a apuração e registro contábil são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos atuariais relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras consolidadas, compreendem benefícios de previdência e programa de assistência à saúde, totalizando R\$ 234.705 mil em 31 de dezembro de 2023. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Com o suporte de nossos especialistas atuariais procedemos, dentre outros procedimentos, a análise da metodologia e das principais premissas utilizadas pela diretoria na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificamos a exatidão matemática do cálculo das reservas e analisamos a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras consolidadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco mantém registrado ativo fiscal diferido no valor de R\$ 396.175 mil, conforme apresentado em nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, constituído substancialmente sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de perdas com créditos temporariamente indedutíveis e provisões para perdas por não recuperação de empréstimos e recebíveis, para contingências e para benefícios pós-emprego.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância do montante registrado e razoável grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco e do estudo de realização desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas tributários para validação das bases de cálculo tributáveis e da movimentação do crédito, em concordância com a legislação vigente. Ainda, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como a consistência com as avaliações anteriores, a razoabilidade das premissas utilizadas e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os saldos registrados e os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras consolidadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificações, nesta mesma data.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 20 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC - RS062793/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Período findo em 31.12.2023

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, com suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 e nos termos da Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, vigente a partir 01/01/2022. Durante o 2º semestre de 2023, o órgão estatutário reuniu-se três (03) vezes, onde foram exercidas as atribuições regulamentares e analisadas as demonstrações financeiras da data-base de 31/12/2023, sendo examinado e aprovado o Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo a seguir:

I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Também acompanhou a evolução do atendimento pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela AUDIN e o acompanhamento de órgãos de fiscalização, objetivando a mitigação dos riscos identificados.

II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais.

III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade, o detalhamento das informações e serviços prestados pela empresa de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios e/ou contratuais. Não tendo sido verificadas situações em que a independência da auditoria externa ficasse comprometida no exercício de suas atribuições.

IV - SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE

Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes documentos: as Demonstrações Financeiras do BRDE; o Estudo Técnico dos Créditos Tributários Diferidos de imposto de renda e contribuição social; o Relatório de Administração e Socioambiental; e os Relatórios dos Auditores Independentes, referentes à data-base de 31 de dezembro de 2023. Com base nas atividades desenvolvidas, e com o respaldo da auditoria interna, não foi identificado descumprimento das normas, atos ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das informações publicadas, assim como não foram observadas situações nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria. Desta forma, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares. Deste modo, recomendamos a sua aprovação e encaminhamento ao Conselho de Administração.

Porto Alegre, 18 de março de 2024.

LAUREN DE VARGAS
MOMBACK:9228038
2091

Assinado de forma digital
por LAUREN DE VARGAS
MOMBACK:92280382091
Dados: 2024.03.18 17:50:58
-03'00'

LAUREN DE VARGAS MOMBACK
Coordenadora do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do RS

EDERSON JOSE
PINHEIRO
COLACO:03475527901

Assinado de forma digital por
EDERSON JOSE PINHEIRO
COLACO:03475527901
Dados: 2024.03.19 09:45:21
-03'00'

EDERSON J. PINHEIRO COLAÇO
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do PR

ARTEMIO
ORTIGARA:4772688
1968

Assinado de forma digital por
ARTEMIO ORTIGARA:47726881968
Dados: 2024.03.19 10:03:57 -03'00'

ARTÊMIO ORTIGARA
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado de SC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na condição de membros do Conselho Fiscal do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e no exercício das atribuições legais e estatutárias relacionadas, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pelas áreas técnicas e representantes da Administração no curso do respectivo exercício e no Relatório dos Auditores Independentes, compreendemos que os documentos estão em conformidade com as práticas contábeis que se aplicam ao BRDE, e refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da instituição, opinando por sua aprovação.

Porto Alegre, 19 de março de 2024.

CICERO ANTONIO
EICH:47887931053

Assinado de forma digital por
CICERO ANTONIO
EICH:47887931053
Dados: 2024.03.19 18:29:21 -03'00'

CÍCERO ANTÔNIO EICH
Presidente do Conselho Fiscal
Representante do PR

gov.br Documento assinado digitalmente
EDUARDO ROSEMBERG LACHER
Data: 19/03/2024 18:45:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EDUARDO ROSEMBERG LACHER
Conselheiro Fiscal
Representante do RS

gov.br Documento assinado digitalmente
ADALBERTO CERVINO VENTURA
Data: 19/03/2024 20:32:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ADALBERTO C VENTURA
Conselheiro Fiscal
Representante de SC